



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
Procuradoria da União em Alagoas

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 13 /2009

Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Procuradoria da União em Alagoas e a Controladoria-Regional da União no Estado de Alagoas.

A Procuradoria da União em Alagoas, com sede na Avenida Moreira e Silva, nº 863, Farol, neste ato presenciada pelo Procurador-Chefe da União em Alagoas, Advogado da União Sandro Ferreira de Miranda, no exercício de suas atribuições e a **Controladoria-Regional da União em Alagoas**, com sede na Rua Senador Mendonça, nº 148, Ed. Walmap, 8º e 9º andares, Centro, presenciada neste por seu Chefe no Estado de Alagoas, Sr. Cláudio Pacheco Vilhena, considerando o mútuo interesse das Partes, acordam em firma o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado ACORDO, elaborado em conformidade com o art. 116 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto o estabelecimento dos termos de cooperação técnica visando fixar procedimentos e estabelecer formas de colaboração, entre os partícipes, com fins de ampliar as ações de articulação, integração e intercâmbio que contribuam para a maior celeridade e eficiência dos processos que envolvam a proteção e a recomposição do patrimônio da União e a defesa da probidade administrativa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS OBJETIVOS

O presente ACORDO tem por objetivos:

#

Handwritten signature and scribbles in the bottom right corner of the page.

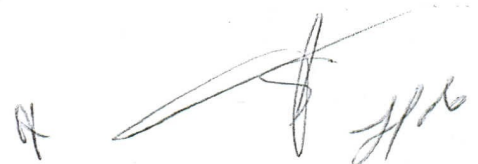
- I- Agilizar o envio e recebimento de informações em atividades, processos ou procedimentos que envolvam a proteção e a recomposição do patrimônio da União bem como o combate aos atos de improbidade administrativa;
- II- Promover o intercâmbio de informações e experiências relevantes ao desenvolvimento das missões institucionais dos partícipes; e
- III- Aumentar o apoio e assistência mútua nas ações institucionais que envolvam interesses comuns aos partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Os partícipes se comprometem a conjugar esforços para o desenvolvimento e a execução de ações concernentes ao objeto do presente ACORDO, nos termos seguintes:

- I- Incumbe à Procuradoria da União em Alagoas:
 - a) solicitar de forma específica, sempre que possível, o envio de informações e documentos referentes a processos ou procedimentos em trâmite na CGU, que resultem ou possam resultar na responsabilização civil e administrativa de agentes causadores de danos aos bens, valores e direitos integrantes do patrimônio da união, bem como de atos que possam configurar improbidade administrativa;
 - b) Colaborar e auxiliar, dentro das suas atribuições institucionais, com os Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, na execução das ações de investigação;
 - c) oferecer suporte aos membros da CGU que, em razão de suas atribuições funcionais e presente o interesse público, forem chamados a juízo para prestar esclarecimentos como perito ou testemunha;
 - d) informar os números dos processos e os foros onde foram ajuizadas as ações fruto da cooperação estabelecida pelo presente ACORDO;
 - e) apoiar, dentro de suas atribuições institucionais, os servidores da CGU na execução das ações de fiscalização.

- II- Incube à CGU - Regional no Estado de Alagoas:



- a) enviar informações e documentos referentes a processos ou procedimentos que resultem ou possam resultar na responsabilização civil e administrativa de agentes causadores de danos aos bens, valores e direitos integrantes do patrimônio da União, bem como de atos que possam configurar improbidade administrativa, após as devidas autorizações previstas em seus normativos internos;
- b) zelar para que os documentos e informações enviados à AGU sejam organizados de forma a facilitar a compreensão e o trabalho do órgão solicitante;
- c) viabilizar o acesso aos relatórios finais e aos documentos que embasaram a elaboração dos mesmos;
- d) desenvolver parceria com a AGU nos programas que envolvam temas de controle social, fiscalização da aplicação de verbas públicas e combate à corrupção.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - no intuito de facilitar a interação dos partícipes, ao elaborar suas programações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, estes deverão informar um ao outro sobre o número disponível de vagas para o co-partícipe deste ACORDO, quando a natureza da matéria for de interesse comum ao bom cumprimento do presente ACORDO.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

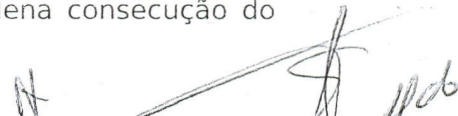
Os programas, projetos e ações decorrentes do presente ACORDO serão executados pelos partícipes, respeitadas as competências e finalidades institucionais de cada um, independentemente do repasse de recursos financeiros.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados pelos partícipes nas atividades relativas ao presente ACORDO não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação funcional com o órgão ou entidade de origem, ao qual cabe responsabilizar-se por todos os encargos de natureza funcional, trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrente das ações realizadas.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência voluntária de recursos entre os partícipes para a execução do presente ACORDO. As despesas necessárias à plena consecução do



objeto acordado, tais como serviços de terceiros, pessoal, deslocamento, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente ACORDO, correrão por conta de dotações orçamentárias dos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de duração do presente acordo é indeterminado podendo sofrer alterações ou modificações no texto original sem que haja qualquer prejuízo de sua validade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

O presente ACORDO poderá ser alterado ou complementado por iniciativa de qualquer dos partícipes, a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO OU DENUNCIA

Os partícipes podem rescindir ou denunciar este ACORDO, a qualquer tempo, sendo-lhes imputadas às responsabilidades das obrigações contraídas durante a sua vigência.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - a rescisão poderá ocorrer de comum acordo entre os partícipes ou pela iniciativa unilateral de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, de um ou outro, restando a cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a notificação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - a denúncia poderá ocorrer em virtude de qualquer fato que demonstre o comprometimento do objeto do presente ACORDO ou em razão da inadimplência de quaisquer das suas cláusulas ou condições, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, de um ao outro, restando a cada qual tão-somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior a notificação.

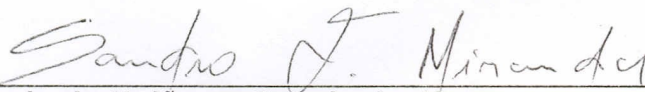
CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A AGU providenciara como condição de eficácia, a publicação deste ACORDO, por Extrato, no Diário Oficial da União, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666 de 21 de 1993.



E, por estarem os partícipes justos e acordados em suas intenções, firmam entre si o presente instrumento elaborado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra nomeadas.

Maceió, de _____ de 2009.



Procuradoria da União no Estado de Alagoas

Sandro Ferreira de Miranda

Procurador-Chefe da União

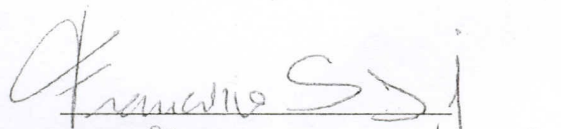



Controladoria-Regional da União no Estado de Alagoas

Cláudio Pacheco Vilhena

Chefe

Testemunhas:


Nome: FRANCISCO SERÔNIO DA SILVA
CPF: 501.025.244-91


Nome: ISVALDO SILVEIRA LIMA FILHO
CPF: 625.383.574-20